

de intervenção em serviço social: (i) Modelo ecológico-sistémico que enfatiza a interdependência entre os sujeitos e os seus contextos. (ii) Modelo cognitivo-comportamental, importado da psicologia e reflectindo a influência do comportamento e dos outros no sujeito, bem como a sua percepção face ao mesmo. (iii) Modelo de caso radical, sistematizando a importância dos factores estruturais na condição do sujeito. (iv) O modelo centrado nas tarefas, focalizando a intervenção ao nível da solução dos problemas. Por último, (vi) a abordagem centrada na solução que recai nos elementos fortes e construtivos do cliente e na sua capacidade de superação dos problemas, mais do que nos eixos problemáticos.

O último capítulo, designado (em tradução livre) Revisão e Avaliação da Prática, é pletórico na ilustração de casos práticos e no acompanhamento sequencial de todos os modelos e modos de intervenção descritos nos capítulos anteriores do livro. No entanto, falha, em parte, pela fraca dimensão analítica. Isto é, os autores não apresentam um quadro conceptual e explicativo das teses que defendem anteriormente, pelo que o leitor se depara, agora, com um manancial de estratégias de acção, instrumentos e racionalidades de intervenção prática de serviço social, sem que os mesmos tenham sido alvo de uma análise reflexiva pelos autores. Assim, Jonathan Parker e Gerda Bradley limitam-se a demonstrar como fazer mas não explicam o porquê de o fazer. Foi uma escolha, a meu ver, muito reducionista. Aqui, reside a minha maior decepção. O livro é essencial para uma profissão que se encontra em grande desenvolvimento, contribuindo com um conjunto de técnicas, estratégias, modelos e instrumentos de acção – contribuindo para o permanente diálogo da especificidade metodológica da profissão de Serviço Social – mas termina sem um desfecho demonstrativo da sua validade.

Aconselho, mesmo assim, o livro aos

docentes, mas sobretudo aos assistentes sociais que se encontram no terreno, podendo encontrar alternativas eficazes de acção e a possibilidade da modernização do serviço social em Portugal, através da utilização de outras lógicas de acção e de recolha de informação e de intervenção social capazes de provocar rupturas e promover a participação social, necessidades urgentes para o serviço social português.

Clara Cruz Santos

Instituto Superior Miguel Torga

Gautier Pirotte. 2007. *La Notion de Société Civile*. Paris, Éditions La Collection REPÈRES – Sciences Politiques / Droit. 122pp. ISBN : 978-2-7071-4694-6.

A obra que Gautier Pirotte nos presenteia é dividida em duas partes e seis capítulos. O livro é suplementado por mais treze textos autónomos de diversos autores. A primeira parte trata da evolução da noção de sociedade civil, com três capítulos (Comunidade Política e Civilização; Considerações Modernas; Movimento Social e Terceiro Sector). A segunda parte do livro explora as utilizações sociais e as políticas contemporâneas, sendo constituída por outros três capítulos (Cidadãos, Democracia Participativa e Espaços Públicos; Sociedade Civil nas Políticas de Desenvolvimento; Em Direcção a uma Sociedade Civil Global?).

Pirotte inicia a exploração da temática, expondo as diferentes concepções que os vários responsáveis de organizações existentes na própria sociedade civil têm da noção de sociedade civil. O certo é que depois da Guerra Fria, a noção de sociedade civil (ainda que, nem sempre, com um significado muito preciso) impôs-se tanto na linguagem mais comum, como no discurso dos estudiosos, tanto

nos meios mediáticos, como na *literature grise* das instituições internacionais. Hoje, considera Pirotte (p.4), a noção de sociedade civil pode ser utilizada para traduzir o espaço onde podem ter lugar as contestações ou as oposições, ou ainda as inovações sociais; pode representar a abertura de um sistema político democrático confrontado com uma crise de representatividade; pode reportar-se, num sentido mais lato, à actuação dos actores políticos, dos agentes económicos, à sociedade ou, num sentido mais restrito, às novas organizações não-governamentais (ONG's), a organizações patronais, sindicais, bem como a redes associativas provenientes de capitais sociais.

A busca de uma clarificação, relativa ao conceito de sociedade civil, leva Pirotte a afirmar que sociedade civil distingue-se tanto do Estado, como do mercado e da Igreja, ou ainda da sociedade militar, considerando, no entanto, que 'Ces jeux de distinctions n'éclairient que partiellement la tentative de définition d'un espace et d'acteurs sociaux particulieres' (p.4). O autor especifica, portanto, que a sociedade civil distinta do Estado estará, então, misturada (*mêlée*) numa esfera mais lata do campo político. Pirotte, reconhece-lhe, mesmo, particulares virtudes, enquanto eventual reservatório das elites políticas ou facilitadora da própria regulação pública. Por sua vez, a concepção de uma sociedade civil, situada no nível do terceiro sector, diferencia-a não apenas do Estado, mas também do mercado, alertando o autor que as associações sem fins lucrativos, que compõem o terceiro sector, são, em alguns casos, elas próprias verdadeiros 'operadores económicos', influentes e determinantes.

Ao longo dos séculos e em diferentes contextos sociopolíticos (principalmente ocidentais), as concepções de sociedade civil têm vindo a sobrepor-se (e não tanto a substituir-se), alimentando, assim, o seu carácter polissémico. O recurso que Gautier Pirotte faz a Dominique Colas

elucida, a meu ver, as dificuldades, que se constataam, desde o início dos anos 1990 'Devenu l'étiquette de toutes sortes de marchandises ou parfois même le label du vide, 'société civile' forme un lieu commun où les commodités d'un mot de passe permettent de se parler sans savoir ce que l'on dit, ce qui évite de trop se disputer' (p.5).

Por outro lado, Pirotte afirma que o interesse pela sociedade civil remonta às civilizações grega e romana, considerando que da antiguidade grega e da herança aristotélica nos chegam, como legado, três ideias fundamentais. (i). A não existência de uma sociedade civil sem agrupamentos ou associações de indivíduos – segundo Aristóteles, a sociedade civil supõe uma ordem, uma contratualidade das relações sociais, das convenções existentes entre os indivíduos. (ii) A associação da sociedade civil com a ideia de um contrato social livremente aceite entre indivíduos. (iii) A terceira ideia é aquela que supõe uma relação entre o grau de civilização de uma sociedade e o seu nível de organização política. No que respeita à filosofia romana, esta aparece como um prolongamento da filosofia grega, ainda que num contexto político mais alargado que aquele representado pela cidade-estado. A *societas civis* designa, portanto, uma comunidade de cidadãos (*civis*) politicamente organizados, fazendo, porém, a distinção entre sociedade civil, família e povo.

Para além destas duas matrizes fundadoras, Pirotte aborda ainda a comunidade cristã (e que permite, através dos séculos, a transmissão de conceitos surgidos na Antiguidade, como é o caso de sociedade civil), onde as reflexões em torno da ordem social e da organização política da comunidade são determinadas pelos discursos relativos à existência de uma vontade divina. Apenas no final da Idade Média, o uso da noção de sociedade civil viria a ter uma nova direcção, no campo da filosofia política ocidental.

Assim, as reflexões modernas representam o tema do capítulo II do livro, explorando os diversos contributos para uma reflexão sobre a sociedade civil que, apesar de inscritos em discursos normativos, cujo objecto era a definição de uma ‘boa sociedade’, viriam a secularizar-se progressivamente. Essa reflexão inscreve-se nos debates que opõem, por um lado, o poder religioso ao poder secular e, por outro, aos defensores de uma economia mercantil em expansão. Neste campo, a abordagem de contra-poder que a sociedade civil pode, efectivamente, constituir é traçada com o recurso a autores como Montesquieu (1689-1755), Constant (1776-1830) ou Tocqueville (1835-1840) e seus seguidores. Será no séc. XIX e sobretudo no séc. XX, que à noção de sociedade civil aparecerá acoplado o terceiro sector, em que a gestão do social e a formação de novas solidariedades se constituem para colmatar as deficiências do mercado e dos poderes públicos.

O terceiro capítulo, precisamente intitulado (em tradução livre), Movimento Social e Terceiro Sector, merece, na minha leitura, particular atenção, no qual, para além da ligação entre a sociedade civil e a atribuição de um papel de contra-poder a certos actores sociais, membros de uma sociedade distinta do Estado ou do governo, aparece uma terceira concepção que encara a sociedade civil como um terceiro sector, ou seja, um conjunto de organizações prestadoras de serviços e de solidariedade, constituindo um sector de actividades distinto do mercado e do Estado, ainda que conectado com ambos.

O autor, situando-se no contexto francês, dá-nos conhecimento do surgimento da expressão ‘economia social’ que, desde a sua origem e no que respeita ao seu carácter associativo, é apresentada por três componentes e princípios fundamentais. (i) :A defesa dos interesses profissionais, de certa forma em acordo com o modelo das corporações do Antigo Regime que estiveram na origem dos primeiros sindicatos.

(ii) A prevalência social, herdada das associações corporativas e das confrarias da Idade Média. (iii) A gestão económica e a emergência das cooperativas. Também as correntes político-filosóficas que mais influenciaram a economia social são abordadas neste capítulo. Pirotte, recorrendo a Rosanvallon (1976), escreve: ‘sous l’influence de ceux deux courants fondateurs issus principalement du mouvement social (courant social-démocrate et courant social-chrétien), l’économie sociale se veut plus que l’interposition entre l’État et le marché d’un ensemble d’organisations et d’associations appliquant des principes particuliers de gestion et régulation socio-économique. C’est un véritable projet de transformations de la société visant le réenchâssement de l’économie dans le social et cherchant à réinstaurer la primauté de l’homme sur toute autre considération utilitariste’ (p.37). Esta terceira via (ou terceiro sector) transporta um optimismo reformador, segundo o qual o desenvolvimento de uma visão de uma sociedade civil autónoma face ao Estado procura, de certa forma, tornar o próprio Estado mais cívico (civilizar o próprio Estado), desenvolvendo a auto-organização e a auto-regulação da sociedade civil.

E Pirotte termina esta primeira parte afirmando: ‘C’est bien moins à un contre-pouvoir qu’à une béquille d’un pouvoir en crise ou en reconstruction que la société civile fait aujourd’hui penser en Europe de l’Est. [...] il semble que la conception dominante de la société civile ne soit plus celle héritée en droite ligne de Tocqueville et des contestations anticommunistes, mais plus proche d’un tiers-secteur coïncé entre un État réformé et un marché encore balbutiant’ (p.42). Enfatizo ainda, neste terceiro capítulo, dois dos textos, escolhidos por Pirotte, para acompanhar a sua abordagem: ‘Économie Sociale ou “Non Profit Sector”?’ e ‘Le Désenchantement de la société Civile Postcomuniste’, o primeiro do próprio Gautoer Pirotte, com recurso a Salamon e Anheir (1998), e o

segundo da autoria de Colas (2002).

A entrada na segunda parte da obra é claramente marcada pela intenção do autor de situar a noção de sociedade civil no contexto contemporâneo, analisando as suas utilizações sociais e políticas na actualidade. Assim, o quarto capítulo remete não só para a democracia participativa e para os cidadãos, como para os espaços públicos. Destaco, neste capítulo, o recurso a Habermas (1997) e definição habermasiana de espaço público ('le monde où se déploie l'action des membres d'une société donnée'), ou seja, 'uma arena', um espaço onde se debatem as ideias. Neste ponto, Gautier Pirotte identifica os traços que caracterizam, no mundo de hoje, as concepções ocidentais de sociedade civil:

Deste forma, a abordagem da noção de capital social (sublinhando, entre outros, os trabalhos de Coleman e Bourdieu) e das próprias teorias do capital social conduz para as últimas décadas do séc. XX. Em particular, o associativismo vê reavaliada a sua importância, nomeadamente em prol das teorias do capital social. Hoje, considera Pirotte, o capital social enquadra as discussões académicas, o estudo das sociedades ocidentais e influencia, nomeadamente, as estratégias de luta contra a pobreza em marcha nos países em vias de desenvolvimento, afirmando a importância das redes sociais para as teorias do capital social (p.47). O autor não deixa, no entanto, de abordar as limitações desta abordagem contemporânea que articula a noção de sociedade civil com o tecido associativo. Pirotte enfatiza o perigo das leituras que, ao privilegiarem o aspecto associativo da sociedade civil, tropeçam num outro obstáculo: as enormes dificuldades em definir as fronteiras dessa mesma sociedade civil, não apenas em relação à esfera económica e política mas, e sobretudo, face aos seus próprios limites

A sociedade civil torna-se, então, um espaço público, no interior do qual as

diferenças sociais, os problemas sociais, as políticas públicas, a acção governamental, os assuntos comunitários e as identidades culturais são colocadas em debate. Nas sociedades de hoje, o espaço público é um espaço intermediário entre o sistema político por um lado, e o que Habermas define enquanto espaço público: o monde vécu.

Nesta sequência, Pirotte, partindo de Cohen e Arato (1997), apresenta, para terminar este capítulo, quatro traços essenciais da sociedade civil: o princípio da pluralidade; o seu carácter público; o seu carácter privado; o princípio da legalidade. Assim, 'Cidadania e Democracia Participativa' é um das secções que compõem este quarto capítulo. Pirotte considera que podemos distinguir três formas distintas de cidadania participativa, no que toca à gestão de assuntos locais: (i) Assembleias e conselhos consultivos (segundo o modelo dos town meetings). (ii) Dispositivos de consulta, ou de acompanhamento de projectos de melhoramento urbano, ou ainda de construção de infra-estruturas susceptíveis de ameaçar o meio ambiente ou as condições de vida dos habitantes de um bairro. (iii) Formas democráticas ainda mais originais como sejam um júri de cidadãos ou de um grupo de cidadãos que devem produzir um parecer susceptível de enriquecer o ponto de vista de uma autoridade encarregue de determinado assunto (p.61).

A visão de uma democracia participativa articula-se em torno de duas figuras maiores: o cidadão (indivíduo), tomado isoladamente, e a associação local, que reagrupa os cidadãos (segundo o seu local de residência, uma temática ou um determinado objectivo). Neste contexto, a sociedade civil aparece como um instrumento capaz de tornar as políticas públicas mais eficazes e mais justas, de restaurar o laço social no seio das sociedades individualistas e, ainda, de ensinar os cidadãos os fundamentos da democracia.

No penúltimo capítulo, o autor foca

a sociedade civil num novo quadro internacional de ajuda a um desenvolvimento articulado e no campo de objectivos globais, visando, prioritariamente, a redução da pobreza no mundo. Este novo quadro de ajuda pretende promover e organizar novas relações entre os organismos de desenvolvimento, os governos locais e as organizações da sociedade civil, sob a égide, em qualquer caso, do desenvolvimento participativo (p.65). O autor destaca, seguidamente, a crise nos Estados, enquanto responsável pela crise no desenvolvimento, o que se deve, em parte, segundo Pirotte, ao tamanho da administração pública, mas sobretudo à dificuldade (com ênfase nos países africanos) em assumir as condições jurídicas, políticas e económicas da acumulação do capital (p.69). Os anos 1980 marcam, neste ponto, o interesse em novas forças sociais (e novos actores sociais) ao nível do desenvolvimento, simultaneamente, no plano académico (a corrente pós-desenvolvimentista), e no plano político, constituindo o período de afirmação das ONG's orientadas para a ajuda internacional, o que se consagrou, largamente, na década seguinte, com novos conceitos de *governance* et *co-governance*.

Pirotte centra, então, a atenção nas organizações ligadas à sociedade civil, considerando que estas se encontram no coração do desenvolvimento. Desta forma, enuncia alguns dos objectivos traçados pela ONU, em 2000, na designada Cimeira do Milénio, dando particular relevo ao objectivo de desenvolvimento 'relatif au partenariat global dans la lutte contre la pauvreté' (p.75), remetendo para a importância de um desenvolvimento participativo que inclui, inerentemente, as organizações da sociedade civil. O autor considera que o papel destas organizações, no que respeita às práticas de desenvolvimento, é constituído em três níveis: na elaboração de programas e políticas públicas; na execução; e no controle e avaliação dessa execução.

A interrogação que integra o título do último capítulo (Vers une Société Globale?) coloca a questão da existência de uma sociedade civil internacional, mundial ou global. O autor recorre, então, a Jan Aart Scholte (1999) para explicar a passagem da sociedade civil, de uma escala nacional a uma escala internacional. Assim, e segundo aquele autor, a sociedade civil global compreende actividades cívicas que: (i) aborem questões internacionais; (ii) impliquem comunicações transnacionais; (iii) disponham de uma estrutura organizacional mundial; (iv) trabalhem sobre uma premissa supra-territorial (p. 85). Neste sentido, Gasutier Pirotte, avançando a sua própria definição, considera pertinente uma reflexão acerca de alguns problemas que atestem a existência de uma verdadeira sociedade civil internacional. E, desta forma, questiona e relaciona duas ordens de problemas. (i) Por um lado, a natureza e a coerência para uma sociedade civil internacional que, tal como as sociedades civis locais ou nacionais, é diversa e pouco coerente, colocando a questão do que poderá haver de comum entre essas múltiplas componentes. (ii) Por outro, considerando que a noção de sociedade civil, a sua evolução semântica e as suas utilizações de carácter social parecem estar ligadas, principalmente, à trajectória sócio-histórica da modernidade política, económica e social própria do mundo ocidental, a questão é se podemos realmente falar de uma sociedade civil internacional ou apenas de uma sociedade civil ocidental, projectada em realidades sociais, económicas, políticas e culturais muito diferentes (pp.85-6). Este último capítulo equaciona, então, a existência ou não de sociedades civis não ocidentais.

Gautier Pirotte explora, fundamentalmente, uma 'via mediana' entre o universalismo prescritivo e a excepcionalidade ocidental: 'Il s'agit [...] d'accepter les différences de trajectoires sociohistoriques qui influencent l'apparition d'un espace auto-

nome propre à l'activité citoyenne, un espace suffisamment dégagé des contraintes des liens communautaires mais également autonome par rapports à celles de la puissance publique' (p.89). Centrado naquela que é a discussão principal deste último capítulo (a sociedade civil global), o autor defende a perspectiva de que a internacionalização da sociedade civil se articula, fundamentalmente, na relação entre dois pólos (por vezes próximos, por vezes afastados). Por um lado, uma sociedade civil internacional representada pelas novas organizações não-governamentais e, por outro, o aparecimento de uma sociedade civil internacional saída da mobilização mais ou menos estruturada de cidadãos, a partir de um criticismo da ordem económica global.

Neste sentido, o autor, para além de enunciar aqueles que considera serem os factores favoráveis e os obstáculos à existência uma sociedade civil internacional, defende que a sociedade civil internacional está, efectivamente, em vias de construção, tendo que dar resposta aos desafios da representatividade e legitimidade e, de igual modo, provar a sua pertinência. O livro termina, precisamente, com a reflexão acerca da distância a que nos encontramos de uma verdadeira sociedade civil internacional, que sendo, simultaneamente, homogénea e coerente (em termos de reivindicação e de acção política) é também

diversa, conforme as origens geográficas, culturais, sociais e económicas dos seus actores. Pirotte, questiona então: 'Faut'il en conclure que la société civile internationale n'est qu'un discours idéologique?' (p.103). Na resposta a esta questão, Pirotte considera que o caminho para uma sociedade civil internacional já ultrapassou, seguramente, o estágio embrionário e evolui em duas direcções. (i). Uma sociedade civil integrada numa ordem social multinacional, representada, nomeadamente, pela participação em instituições financeiras. (ii) Uma outra direcção, mais exigente e talvez menos integradora, pretende a elaboração, propriamente de um espaço público mundial autónomo.

Apesar de a expressão 'sociedade civil' ser, hoje, amplamente consagrada, na linguagem política e académica, Gautier Pirotte alerta para o uso frequentemente ambíguo do conceito e considerando urgente avançar para estudos da interactividade entre os diferentes campos local, nacional e internacional da realidade múltipla que se chama sociedade civil. Para aqueles que se interessam por esta matéria, o desafio fica feito!

Dulce Simões

Instituto Superior Miguel Torga